

**ENTRE AQUELE(A) QUE DIZ SIM E AQUELE QUE DIZ NÃO: QUESTÕES
SOBRE A NEGAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA LINGUAGEM ***

Maria Fausta Pereira de CASTRO (Universidade Estadual de Campinas)

ABSTRACT: Based on the analysis of the linguistic development of a Brazilian child from 1;3 to 2;0 and after reviewing critically some of the important papers on negation in linguistic development, I argue for the need to consider indetermination which characterizes the child's negative utterances. I also draw attention to the adult's role making sense of those utterances. Finally, based on a polyphonic hypothesis about negative utterances, I discuss some transformations on the child's relationship with language observed in his/her negative utterance constructions during the period mentioned above.

1. O tema da negação no desenvolvimento linguístico foi explorado na literatura sobretudo na segunda metade dos anos 60 e na década de 70.

Como tantos estudos da época, os trabalhos mostram a grande preocupação dos seus autores em enumerar os diferentes estágios da aquisição das formas negativas na linguagem natural.

Qualquer que tenha sido o aspecto valorizado - o morfológico, o sintático, o semântico ou o pragmático - a questão central parece ter sido a distribuição das diferentes categorias pré-estabelecidas em uma seqüência de desenvolvimento.

Um bom exemplo deste estado de coisas é o artigo em que de Villiers (1984) faz uma resenha dos trabalhos em aquisição da linguagem sobre a negação. Sua intenção é explorar as relações entre forma e função no desenvolvimento das negativas e das perguntas.

Mas a leitura do artigo mostra também a preocupação em oferecer um quadro geral das diferentes categorias estabelecidas pelos autores, suas justificativas de classificação e uma tentativa de correspondência entre categorias e estágios em cada um dos trabalhos resenhados.

Nesta linha de trabalho, Bloom (1970) merece menção especial. Seu ensaio sobre a negação na aquisição da linguagem forneceu elementos de classificação e análise para muitos

pesquisadores que se debruçaram sobre o mesmo tema.

Em busca de critérios para uma interpretação semântica das sentenças negativas no desenvolvimento lingüístico, Bloom procura, de um lado, estabelecer qual o estatuto do referente no contexto em que o enunciado ocorre e, de outro, qual a relação da criança com o referente "em termos de comportamento".

Chega então à caracterização de três tipos de enunciados negativos:

a- Aqueles de "não existência", em que o referente não estaria aparente em um contexto em que há uma expectativa da sua existência, sendo então negado em expressões linguísticas como "no pocket", "no more" etc.

b- Os de "rejeição" caracterizar-se-iam pelo fato do referente existir ou sua presença ser iminente dentro do espaço contextual do episódio verbal e da criança rejeitá-lo ou a ele se opor em enunciados como "no dirty soap".

c- Nos enunciados de "denegação ou recusa" (denial) o que se nega é uma predicação efetivamente realizada ou suposta. Neste caso, o referente não se manifesta realmente no contexto, como nas "rejeições", mas simbolicamente em um enunciado prévio. Ao dizer, por exemplo, "no truck" a criança estaria recusando uma relação de predicação entre um determinado objeto e o predicado "ser um caminhão". (Bloom, op cit:173)

Uma vez reconhecidas as três categorias semânticas, a autora procurou determinar suas diferenças em termos de "sequência de desenvolvimento" e "mudanças estruturais na expressão linguística". (Bloom, op cit:174).

Com resultados, reconhecidos pela autora, como semelhantes aos de Mc Neill & Mc Neill (1967) sobre a aquisição da negação em crianças japonesas e complementares aos de Beluggi (1967) sobre as primeiras estruturas sintáticas da negação no inglês, Bloom conclui que a ordem de aquisição para os três sujeitos estudados é: "não-existência", "rejeição", e "denegação ou recusa".

As pequenas diferenças de idade que marcaram o início e o término da observação de cada um dos sujeitos - Kathryn 1;9 a 2;0.15; Eric 1;7.7 a 2;2.21; Gia 1;7.7 a 2;3.7 - não impediram a divisão de estágios ou fases comuns para os três. A autora organiza os fatos e apresenta argumentos sempre a favor da uniformidade e da similaridade entre os sujeitos; apesar de fazer menção a diferenças individuais.

"Em resumo, Kathryn, Eric, Gia enfrentaram a tarefa de aprender a negação - que no adulto, é um subsistema gramatical complexo, explicitamente diferenciado - sistemática e similarmente." (Bloom, op cit:220).

Dois outros fatos apresentados por Bloom merecem atenção no contexto deste trabalho. O primeiro deles diz respeito à questão da categoria de "denegação ou recusa" (denial) ser a última na seqüência de desenvolvimento estudada.

Este dado foi explicado em função do estatuto simbólico do referente: a criança tem que "perceber" o referente em alguma coisa dita.

A negação subsequente ao enunciado do interlocutor é, portanto, interpretada como uma negação-resposta. Considerar "no truck" como negação da predicação é admitir que a criança reconhece no enunciado do interlocutor uma específica relação lógico-gramatical e que a ela se opõe.

Tal hipótese, que atribui às primeiras negações da criança o estatuto lógico-lingüístico da negação na linguagem do adulto, voltará a ser discutida no decorrer deste trabalho.

O segundo fato está, de certa forma, ligado ao primeiro. Refiro-me aos inúmeros casos de indeterminação ou "impropriedade" das primeiras formas de negação, apontados por Bloom na sua descrição e classificação dos dados. Os casos assim caracterizados se opõem àqueles "semanticamente apropriados" ou que permitem "classificações inequívocas".

Considerem-se alguns dos exemplos citados pela autora.

Eric, na fase I da aquisição da negação, produz no como um enunciado de uma só palavra por treze vezes, das quais apenas cinco foram apropriadas, ocorrendo exatamente no mesmo contexto: nas situações em que a criança não conseguia instalar a mangueira do aspirador de pó no corpo do aparelho. Por outro lado, ocorreu também uma seqüência paradigmática: a criança fechou a tampa de uma caixa de brinquedo e disse: all gone, no more, make all gone.

Comparados com as outras situações em que os elementos desta seqüência ocorrem e considerando que no more aparecia no corpus pela primeira vez, Bloom conclui pela falta de evidência suficiente para interpretar o fenômeno como "semanticamente apropriado". (Bloom op cit:174,175).

Acrescentando-se a estes primeiros fatos a observação de que Eric, no mesmo período do desenvolvimento e na maioria das ocasiões, não respondia às perguntas do tipo sim/não com no e que yes nunca ocorreu, a autora reconhece que a única coisa que se pode dizer deste primeiro momento é que "a forma no ocorreu como um enunciado de uma única palavra e que sua interpretação era indeterminada na maioria das vezes". (Bloom op cit:175).

Os fenômenos aqui alinhavados não devem ser compreendidos como características isoladas de um sujeito. A indeterminação marca todo o período inicial da aquisição da negação. Por

exemplo, um outro sujeito, Gia, também apresentou dificuldades para responder às perguntas do tipo sim/não. Mas sua estratégia não é a mesma de Eric. Gia responde a quase todas as perguntas recorrendo a yes.

No trabalho de Bloom a indeterminação não entra, contudo, no quadro de uma hipótese sobre os fatores determinantes da passagem desta fase para a possibilidade de interpretação.

É possível até mesmo dizer que os fenômenos, encontrados e apontados pela autora, não iluminam a compreensão dos estágios subsequentes. Despojados de qualquer valor heurístico para uma hipótese sobre o desenvolvimento linguístico, os erros, a indeterminação dos primeiros enunciados ou a indiferenciação entre o sim e o não não são tomados como evidência suficiente para se indagar, por exemplo, sobre o estatuto ontogenético das categorias semânticas propostas; ou sobre sua vinculação a um número extremamente restrito de esquemas de interação.

Em outras palavras, a opacidade dos primeiros enunciados não abala a transparência semântica que Bloom atribui às categorias.

No artigo de Pea (1979) as categorias propostas por Bloom e, de certo modo, aquelas estabelecidas por Mc Neil and Mc Neil servem de base para a discussão sobre seus achados.

Contudo, Pea amplia o universo categorial de Bloom, indo além das questões semântico-sintáticas discutidas pela autora.

O que o seu trabalho traz de novo é a adesão à hipótese de que o estudo dos enunciados negativos deva incluir as condições do seu uso.

Que condições são estas?

As negações nas línguas naturais servem para marcar divergência diante de uma assunção positiva: quer ela seja atribuída a uma outra pessoa ou ao próprio autor do enunciado negativo (Pea op cit. 1980).

Sendo assim, deve ser esperado que a criança tenha grandes dificuldades para inferir os "estados de crença" de uma outra pessoa, já que ela apenas começa a conhecer algumas propriedades físicas dos objetos, as relações sociais ou, ainda, as contingências dos eventos nas interações físicas ou sociais.

Assim como Bloom ao falar da denegação, para Pea a negação do valor verdade de uma proposição é, dentre os diferentes tipos de negação, a mais complexa. É uma operação "metalingüística" e depende do conhecimento das condições de verdade para a predicação.

Para o autor, a grande questão é poder explicar a "emergência" da negação de uma proposição a partir das primeiras expressões de negação que são de natureza afetiva.

Vê-se então que, embora discutindo alguns aspectos pragmáticos da negação no desenvolvimento lingüístico, a força explicativa da sua hipótese é de ordem estritamente cognitiva. A cognição garante a seqüência do desenvolvimento.

Os dados longitudinais dos seis sujeitos estudados (quatro deles a partir dos 0;8 meses de idade até 1;8 e os dois outros de 1;0 até 2;0 anos) indicam que a criança expressa inicialmente estados internos via "rejeição" (gestual e/ou verbal), depois comenta sobre o "desaparecimento das coisas no mundo" e só posteriormente "nega asserções sobre o mundo".

Algumas diferenças individuais aparecem na seqüência de aquisição de estágios intermediários como a negação de expectativas não realizadas e da auto-proibição. Porém, ambas as categorias sempre precedem a expressão da negação do valor verdade.

Estes achados, diz o autor, "podem ser explicados pela análise das exigências representacionais de ordem cada vez mais elevada, ou bases cognitivas, para a concepção dos diferentes significados da negação" (Pea op cit:165).

Um bom exemplo do papel da cognição nesta hipótese é a explicação dada para o percurso observado entre 'proibição dos pais', "auto-proibição" e "negação do valor verdade da proposição". Para Pea, o progresso da criança no estabelecimento gradativo da natureza metalingüística deste último tipo de negação se reflete no intervalo temporal cada vez maior entre "tópico e enunciado negativo", garantido pela representação cognitiva. (Pea op cit: 184).

Embora cite até hipóteses psicanalíticas sobre a passagem da "proibição dos pais" à "auto-proibição", não entra no âmbito da discussão de Pea o papel da linguagem enquanto lugar de construção deste percurso. As relações da criança com a linguagem nos diferentes momentos do seu desenvolvimento lingüístico não parecem iluminar ou transformar a hipótese marcadamente cognitivista.

No trabalho de Antinucci e Volterra (1979) o objetivo é traçar as rotas pragmáticas da negação na aquisição da linguagem.

Para os autores, o fenômeno da negação nas línguas naturais envolve questões semânticas e pragmáticas. Afirmam, contudo, que crucial é o pragmático, sendo o semântico claramente secundário.

Afastam-se, assim, do ponto de vista de Bloom e, de um certo modo, tomam uma perspectiva semelhante à de Pea que, aliás, discute esta hipótese em seu artigo.

Para Antinucci e Volterra, a questão central da negação é que para usar um enunciado como "Franco não está comendo" o

falante precisa considerar que o ouvinte acredite ou que seja possível que ele creia que Franco está comendo. O falante deve considerar que o ouvinte tem, naquele momento, uma expectativa correspondente àquela descrita no mesmo enunciado que o falante pronuncia, mas em forma positiva. Os autores dizem ainda que esta expectativa pode vir de muitos fatores: uma afirmação explícita, uma norma de comportamento etc...

O mecanismo que permite ao falante assumir como verdadeira determinada expectativa no interlocutor pode ser compreendido, segundo os autores, pela noção de pressuposição.

As condições que determinam a formação das pressuposições específicas para os vários tipos de enunciados negativos são sistemáticas e seu estudo constituiria justamente a pragmática da negação.

Nos dados analisados, os enunciados que se referem à expectativa do adulto são cronologicamente mais tardios porque envolvem o mecanismo da pressuposição. A criança começa, dizem os autores, negando expectativas que ela própria construiu.

Sendo assim, para explicar a negação no desenvolvimento linguístico é preciso poder descrever o modo pelo qual a criança constrói as expectativas que tornam possível o uso da negação.

Vê-se, então, que Antinucci e Volterra criam, em certos momentos, uma confusão terminológica usando "expectativa e pressuposição" como termos equivalentes.

Inicialmente, no quadro geral da discussão, o falante é aquele que pressupõe no ouvinte uma expectativa ou um estado de crença que é objeto da negação. Aqui, "pressuposição" parece ganhar o sentido do implícito partilhado.

Mas ao falarem de construção de expectativas pela criança, tomam um termo pelo outro: pressuposição e expectativas estão no mundo como uma coisa está e são gradativamente internalizadas, possibilitando um intervalo temporal maior entre pressuposição e frase negativa. É certamente por estas características que Pea (op cit) ao comentar o trabalho de Antinucci e Volterra chama atenção para o fato dos autores chamarem de "pressuposição" o que ele chama de "tópico da negação", isto é, aquilo que se torna objeto das representações cognitivas.

A hipótese de Antinucci e Volterra sobre as etapas da construção de expectativas ilustra meu comentário.

- Inicialmente a pressuposição vem dada linguisticamente: a criança constrói a sua expectativa sobre um enunciado dito precedentemente pelo adulto. Esta frase pode ser uma declaração, um pedido, uma ordem.

- Bem cedo a criança não tem mais necessidade desta sugestão do adulto e aprende a dizer asserções negativas que

afirmam a não presença de alguma coisa na situação sem que haja um enunciado do adulto.

"Neste caso a pressuposição vem construída com base na situação imediatamente precedente" (Antinucci e Volterra, op cit: 158 - grifo meu).

- Pouco a pouco, pode-se observar em enunciados cronologicamente mais tardios que a pressuposição se constrói sobre situações consideradas como mais distantes do momento da enunciação.

- Desta distância temporal nasce a associação entre um objeto e um certo lugar, o que já constitui uma norma, ainda que bastante simples: a posição ocupada por um objeto, por exemplo. Quando esse objeto não é encontrado no seu lugar habitual, surge o enunciado negativo. Um processo idêntico aparece na relação de um objeto e sua função.

- O processo continua na direção da construção de normas que, quando transgredidas, geram enunciados negativos.

Ao se considerarem as etapas propostas por Antinucci e Volterra, vê-se ainda que, paradoxalmente, no primeiro estágio estão incluídos os casos que tanto Bloom quanto Pea classificam como aqueles mais tardios no desenvolvimento da negação. As categorias de "denegação ou recusa" e "negação da verdade funcional" correspondem, pelo menos parcialmente, os casos em que a criança se apóia sobre "a pressuposição oferecida linguisticamente".

Em contrapartida, o que Bloom classifica como categoria de "não-existência", a primeira a ser adquirida por seus sujeitos, corresponde justamente a um período mais tardio do desenvolvimento lingüístico dos sujeitos de Antinucci e Volterra, por requerer a construção de expectativas.

Considerem-se mais dois trabalhos cuja discussão gira também em torno da questão de estágios.

Quando Wode (1977) critica, com razão, a hipótese de Mc Neill and Mc Neill (1967,1970) que propõe uma ordem fixa, simples e universal na aquisição da negação, o que apresenta como hipótese alternativa é uma sequência de estágios.

Wode não explora teoricamente o fato dos seus dados do alemão mostrarem que a criança começa usando uma única palavra para negar (variações fonéticas em torno de nein), e que em um segundo momento recorre a várias palavras mas em contextos em que o marcador de negação é anafórico; referindo-se a um enunciado precedente da própria criança ou do interlocutor.

A negação de uma única palavra é usada em contextos não anafóricos ou anafóricos. Mas não se sabe, por exemplo, se o uso não anafórico se dá em situação isolada, se é indeterminado ou foi interpretado como uma "resposta" a uma ação do interlocutor. A característica deste primeiro estágio

- negação através de uma única palavra - também não está, em momento algum, relacionada com aquilo que parece específico do segundo e assim por diante.

Ao destacar pontos comuns entre seus dados sobre o alemão, e dados do sueco (Lange e Larson 1973), do inglês (Klima e Bellugi 1966; Bloom 1970) e outras fontes (Wode op cit:99), Wode passa para uma hipótese que se pretende preditiva a um nível transcultural, sem que se conheçam os fatores determinantes da seqüência de estágios estabelecida. Seu trabalho não chega, na verdade, a debater as questões que formula ao contestar a hipótese de McNeil and McNeil.

Apesar de reconhecer a heterogeneidade de muitos fenômenos e a impossibilidade de se chegar a uma conclusão sobre eles, Wode procura marcar as linhas gerais de desenvolvimento que garantiriam a abrangência (universalidade?) de sua hipótese.

Por outro lado, quando o artigo de Wode é retomado e criticado por Park (1979), que discute dados do suíço alemão, é novamente uma polêmica sobre a ordem dos estágios que se instaura.

2. De modo mais ou menos explícito, os trabalhos apresentados nesta resenha delegam ao domínio cognitivo a explicação sobre a aquisição das diferentes formas de negação.

Qualquer que tenha sido a perspectiva teórica adotada - a versão de Bloom da gramática gerativa, o vaivém entre pragmática e cognitivismo (Pea), a hipótese pragmática de Antinucci e Volterra ou o descritivismo de Wode - há em um determinado momento um deslocamento, um salto da linguagem para o psicológico, sustentado pela noção de representação cognitiva.

É, por exemplo, uma hipótese sobre a representação cognitiva que subjaz ao paradoxo mencionado acima, quando se comparam os achados de Antinucci e Volterra e os de Pea e Bloom sobre a negação do enunciado do interlocutor e a categoria de não-existência. O que é mais abstrato? Enquanto para Pea e Bloom negar o enunciado do interlocutor é, por exemplo, uma atividade que exige a operação sobre relações e objetos representados, para Antinucci e Volterra o enunciado do interlocutor está ali, pronto para se constituir como escopo da negação, enquanto a criança não tem pressuposições ou expectativas representadas.

Esta observação é pertinente, mesmo reconhecendo nas hipóteses de Antinucci e Volterra e Fea uma preocupação em apontar as características específicas à negação nas línguas naturais ou, para ser fiel aos autores, seus aspectos pragmáticos. Tais aspectos permaneceram, contudo, marginais à

hipótese elaborada para explicar os enunciados negativos no desenvolvimento lingüístico.

Voltar-se para aquilo que é característico da negação pode implicar para o psicolingüista a perda da possibilidade de descrever o desenvolvimento lingüístico através de estágios homogêneos e regulares.

Contudo, a hipótese que procurarei defender aqui é de que esta perda é necessária. Ou melhor, de que a discussão em torno de categorias e estágios pode desembocar em impasse e que a compreensão do fenômeno da negação no desenvolvimento lingüístico deve necessariamente ser iluminada pelo que a lingüística, a filosofia da linguagem e mesmo a psicanálise apontam como fundante da negação nas línguas naturais.

Para Benveniste (1966), o característico da negação lingüística é que:

" Só pode anular o que é enunciado, deve explicitar para suprimir, e que um julgamento de não existência tem necessariamente também o estatuto formal de um julgamento de existência. Assim, negar é, antes de tudo, admitir. (Benveniste op cit: 84. Tradução minha.)

Para o autor, portanto, os enunciados negativos ganham sentido na relação com o que tenho chamado de "contraparte positiva" (cf. de Castro Campos 1985), através de uma operação que põe em relevo o correspondente positivo daquilo que se nega.

A hipótese de Benveniste é apresentada no contexto de uma análise crítica sobre a função da linguagem na descoberta freudiana.

Depois de apontar o que considera um erro de Freud que endossou as hipóteses de Abel sobre as "línguas primitivas", para delas extrair uma hipótese mais ampla de homologia entre alguns mecanismos dos sonhos e os procedimentos destas línguas, Benveniste se volta para a hipótese freudiana sobre a negação.

Seu objetivo é mostrar que na hipótese de Freud o fator lingüístico é decisivo no complexo processo de levantamento do recalque. A operação é efeito de linguagem.

A negação é constitutiva do conteúdo negado e, portanto, da emergência deste conteúdo na consciência.

De fato para Freud,

"Um conteúdo recalcado de representação ou de pensamento pode se introduzir na consciência com a condição de que se faça negar. A negação é um modo de tomar consciência do recalcado e até mesmo um levantamento do recalque, mas que não é contudo uma admissão do recalcado..." (in Benveniste op cit: 84. Tradução minha.)

O ponto de vista de Benveniste é de certo modo partilhado

por Laplanche e Pontalis (1967:114) quando argumentam que a tese maior do artigo de Freud é que a negação - tal como a configura a psicanálise - e a negação no "sentido lógico lingüístico" têm a mesma origem.

Não se poderia, portanto, entender os fenômenos configurados quer pela lingüística, quer pela psicanálise, senão como uma operação que se dá na linguagem e pela linguagem.

É neste contexto que a observação de Benveniste ganha sentido quando diz que, na análise, o discurso do paciente "pode ser pródigo em (de)negações, mas não pode abolir a propriedade fundamental da linguagem que é de implicar que alguma coisa corresponde ao que é enunciado, alguma coisa e não "nada".

Em Givón (1979), a particularidade da negação nas línguas naturais é explorada através da noção de "pressuposição discursiva".

Com uma hipótese próxima à dos filósofos da Escola de Oxford (ver Ducrot 1981), Givón procura explorar o fato dos enunciados afirmativos e seus correspondentes negativos não diferirem "apenas pelo seu valor verdade", mas também por um elemento pragmático adicional (Givón op cit: 92).

É importante manter claro o que o autor entende por "pressuposição". Segundo ele, o conceito deve ser entendido como diferente daquele que os lógicos têm tradicionalmente usado.

Para Givón, a maioria das pressuposições discursivas operam sobre aquilo que o falante assume que o ouvinte tende a acreditar, está provavelmente "inclinado para" ou "comprometido com", numa probabilidade de mais de 50% (Givón op.cit:92).

As enunciações negativas implicam para o autor uma atitude psicológica específica, através da qual o falante atribui ao outro - seu interlocutor empírico, eu diria - uma crença que é o próprio objeto do ato de negar.

Há, nesta hipótese, um deslocamento com relação às teses de Freud e Benveniste. Passa-se de uma operação que se define na linguagem para uma psicologia da interlocução que determina um certo número de representações que o falante faz do seu interlocutor.

É fato que no artigo de Freud, através da noção de "rejeição por projeção", está presente um jogo de atribuições entre falante e interlocutor. Porém, neste caso, trata-se de um conteúdo que - via negação - foge ao controle do falante. O recalçado emergente não pode, portanto, ser comparado às representações psicologicamente definidas.

É também de uma atitude psicológica que falam os

filósofos da Escola de Oxford. Pode-se reconhecer neste ponto de vista a fonte, pelo menos parcial, das hipóteses de Antinucci e Volterra e Fea.

Segundo Ducrot (1973), para os filósofos de Oxford, " ... uma enunciação negativa se apresenta freqüentemente como oposta a uma afirmação prévia - que esta tenha sido efetivamente emitida pelo destinatário, ou que se lhe atribua ou que se suspeite que ela a subscreve". (Ducrot op cit:95)

Deste modo, continua o autor, parece difícil dizer a alguém "Pedro não é primo de Maria" sem que ninguém antes tenha pretendido/afirmado que ele o fosse.

A partir do confronto de pontos de vista defendidos por lógicos, filósofos da linguagem e lingüistas, Ducrot constroi uma primeira hipótese sobre a negação. Através dela, procura estabelecer critérios de distinção das relações criadas entre o operador de negação e os conteúdos por ele modificados. (Ducrot, 1981).

Não se trata, contudo, de uma hipótese pautada unicamente pelas questões do escopo da negação. A hipótese de Ducrot procura determinar o papel do interlocutor na construção dos enunciados negativos. Os critérios sobre o escopo são definidos no interior de uma categorização que separa, de um lado, a "negação polêmica" e, de outro, a "negação descritiva".

Ao primeiro tipo correspondem situações em que um ato de fala de negação se apresenta como refutação do enunciado positivo correspondente. A segunda forma de negação seria a afirmação de um conteúdo negativo sem referência a uma afirmação antitética.

A partir desta classificação, delimitam-se as diferenças de escopo. A negação de frase ocorreria nos casos de negação polêmica. Na descritiva, se pode ter tanto uma "negação de frase" como uma "negação do constituinte".

Outros autores operam também com esta separação entre negação polêmica/modal/externa e negação descritiva/predicativa/interna. É ainda este critério que está na base da diferença que se faz entre negação/denegação ou recusa (ver, por exemplo, Lyons, 1977; Culioli citado por Danon Boileau 1987, entre outros).

O reconhecimento de um tipo de negação dependente da situação de interação abre, sem dúvida, a possibilidade para se falar do papel do outro na construção desses enunciados. Porém a dicotomia estabelecida entre "negação polêmica" e "negação descritiva" atribui ao segundo tipo de construção uma completa independência da perspectiva do interlocutor.

Esta primeira abordagem do fenômeno da negação sofre uma

profunda modificação no trabalho de Ducrot.

De fato, em um segundo momento da sua reflexão, a negação é retomada no quadro de uma hipótese sobre a polifonia na linguagem (Ducrot 1980).

Para o autor, todo enunciado do tipo não-p realiza dois atos ilocucionários que dão voz a dois enunciadores distintos.

O primeiro ato ilocucionário é a afirmação de p por um enunciador E1 dirigindo-se a um destinatário D1. O outro é a rejeição desta afirmação atribuída a um enunciador E2 dirigindo-se a D2.

Para se entender como se configura o "diálogo cristalizado" contido em cada enunciado negativo, é preciso especificar as relações que se formam entre seus diferentes personagens.

- E1 e E2 não podem ser identificados com a mesma pessoa.

- O enunciador E2, o que rejeita, é de um modo geral identificado com o locutor.

- D2, o destinatário da recusa é, via de regra, identificado com o alocutário.

- E1, o autor da asserção rejeitada, pode ser identificado ao alocutário. Neste caso, a negação teria um aspecto agressivo.

Ducrot aponta como uma das vantagens desta nova hipótese a possibilidade de integração - a título de caso particular - da concepção de negação de Freud esboçada acima. Ela representaria um "caso extremo" do esquema geral da negação, qual seja o caso do locutor dividido: "o enunciador E1 de p é uma instância inconsciente da personalidade do locutor, o enunciador E2 sendo associado a uma outra instância da mesma personalidade". (Ducrot op cit:50).

Dar à instância do inconsciente o mesmo estatuto do enunciador, que é a pessoa a quem se atribui a responsabilidade de um ato ilocucionário, é uma aproximação que exigiria uma compreensão do inconsciente nas suas características como noção ao mesmo tempo tópica e dinâmica e da operação do recalque na sua relação com o inconsciente.

Tal projeto ultrapassa os limites deste trabalho. Porém, é importante reconhecer, no percurso de Ducrot, a busca de uma teoria mais abrangente dos enunciados negativos. E nela é preciso ainda reconhecer que o papel do outro deixa o lugar exclusivo do interlocutor empírico para assumir o de uma voz que se faz ouvir como constitutiva da enunciação.

" Tudo o que pede a concepção que sustento, é que se leia no enunciado não-p uma imagem da enunciação onde esta última é ao mesmo tempo uma asserção de p e uma rejeição desta asserção". (Ducrot op cit: 50).

Cai, nesta segunda hipótese, a dicotomia que sustentava

o primeiro critério adotado por Ducrot para a descrição dos enunciados negativos. Agora a questão crucial é a realização de dois atos ilocucionários opostos, por dois enunciadores distintos em um mesmo enunciado.

Ducrot parece procurar uma explicação para o "fundo duplo" (a expressão é de Althusser) dos enunciados negativos, que remete para o discurso de um outro, interpretável tanto na relação de contigüidade com o enunciado positivo de um interlocutor empírico como na insistência de uma contraparte positiva no interior do próprio enunciado negativo.

O positivo está no negativo por um trabalho específico da letra (no sentido da linguagem); um "quer dizer" (de novo cito Althusser em Pêcheux 1990) do inconsciente e do enunciado.

É esta dupla ação da letra - que faz dos enunciados negativos matéria de investigação da lingüística, da filosofia da linguagem e da psicanálise - que provavelmente leva Ducrot a, apressadamente, dar o mesmo estatuto ao ato ilocucionário de um enunciador e à instância do inconsciente.

A hipótese do diálogo cristalizado entre enunciadores vai ser retomada, em outros termos, no trabalho de Ducrot (1987).

O quadro teórico geral é ainda o de uma teoria polifônica da enunciação, agora revista pelo autor. A figura do enunciador, por exemplo, perde sua antiga caracterização.

De fato, no novo esquema, os enunciadores se expressam através da enunciação,

"... sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas, se eles falam é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras". (Ducrot op cit:192).

Na dupla locutor/enunciador, o primeiro seria aquele que é apresentado como responsável pelo enunciado. É a ele que se refere o pronome "eu" e as outras marcas de primeira pessoa. O locutor, designado por "eu", pode ser distinto do autor empírico do enunciado, daquele que o produz, ainda que coincidam habitualmente no discurso oral.

No esforço de tornar clara esta nova distinção entre locutor/enunciador e consciente das dificuldades teóricas que isto acarreta, Ducrot estabelece comparações entre o seu critério e aquele adotado pelo teatro - entre personagem e autor - e também pela teoria da narrativa.

Sirvo-me apenas do segundo procurando ressaltar o fato do enunciador deixar de ser responsável por um ato ilocucionário para ganhar uma caracterização mais abstrata na sua proposta.

A sua instância de "locutor" corresponderia o "narrador" de Genette (1972, apud Ducrot op.cit.) que este autor opõe ao "autor", do mesmo modo que Ducrot diferencia o "locutor" do

"falante empírico". Quanto ao "enunciador", seu correspondente na obra de Genette seria o "centro de perspectiva" (o "sujeito de consciência" dos americanos).

O que é importante reter é que o "enunciador" corresponderia à pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos.

A caracterização mais abstrata da figura do "enunciador" - agora reconhecida como uma perspectiva - tem conseqüências sobre o modelo da negação.

Não podendo mais atribuir aos enunciadores um ato ilocucionário como a afirmação - uma vez que a eles não está associada nenhuma fala - estes não são mais descritos como realizando atos, mas configurando pontos de vista opostos.

A construção de um modelo mais abstrato permite retomar a análise adotada nos trabalhos anteriores e a ela acrescentar algumas observações.

Uma das vantagens da nova categorização é justamente poder incorporar a distinção locutor/enunciador à significação das frases negativas.

Hoje Ducrot distingue três tipos de negação. As duas primeiras correspondem a uma subdivisão da antiga "negação polêmica."

1- A "negação metalingüística" é aquela que contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe.

Neste tipo de enunciado há uma oposição a um locutor que enunciou seu positivo correspondente.

Esta "negação metalingüística" permite, por exemplo, anular os pressupostos do positivo subjacente (ver também em Lyons, 1977 a caracterização da recusa ou negação vinculada a um contexto.)

Assim, o enunciado "Pedro não parou de fumar; de fato ele nunca fumou na sua vida" só é possível como resposta a um locutor que acaba de dizer que Pedro parou de fumar, o que pressupõe que ele fumava antes.

É neste contexto de resposta que a negação pode ter, em lugar do efeito mais comum de rebaixamento, um efeito de elevação. Pode-se dizer "Maria não é bonita, ela é linda" apenas se este comentário for uma resposta a um locutor.

2- O segundo tipo, a "negação polêmica", corresponde - segundo Ducrot - à maior parte dos enunciados negativos.

Neste caso, o locutor do enunciado negativo, tomando o ponto de vista do E2 vai se opor, não a um locutor, mas a um enunciador E1, "que coloca em cena no seu próprio discurso, e que não pode ser assimilado ao autor de nenhum discurso efetivo". (Ducrot 1987:201).

Não há, neste caso, uma situação de diálogo instaurada. A atitude positiva à qual o locutor se opõe é interna ao

próprio enunciado.

A negação polêmica diferiria ainda da metalingüística por ter sempre um efeito rebaixador e manter os pressupostos.

3- Como terceira forma de negação, Ducrot retoma sua antiga idéia de "negação descritiva" conservando, aliás, o mesmo nome.

Não volta, porém, à antiga dicotomia (polêmica / descritiva) baseada na sua primeira hipótese. Isto porque, para o autor, a negação descritiva é um derivado delocutivo da negação polêmica.

Esta classe de negação permanece pouco explorada e sua distinção da negação polêmica pouco clara. Mas é claro o esforço de Ducrot para marcar o seu vínculo com uma ação discursiva peculiar, isto é, aquela em que alguém, pela negação, justificaria a posição do locutor no diálogo cristalizado subjacente à negação polêmica.

Assim, "dizer de alguém que ele não é inteligente, é atribuir-lhe a (pseudo) propriedade que legitimaria opor-se a um enunciador que tivesse afirmado que ele é inteligente". (Ducrot, 1987:204).

Mesmo nesta discussão ainda preliminar e encaixado em um capítulo que o próprio autor chama de "esboço", este terceiro modelo da negação abre a possibilidade para hipóteses instigantes sobre a construção dos enunciados negativos. Por exemplo, a de que a linguagem leva o sujeito à assunção de posições discursivas distintas quando ele é o locutor de um enunciado negativo metalingüístico, polêmico ou descritivo.

O lugar do outro é, em cada uma das situações, peculiar e a polifonia radical: o locutor do enunciado negativo está diferentemente dividido pelos seus modos de negar. Mesmo a mais monológica das negações põe o sujeito em confronto com um discurso - outro (na feliz expressão de Michel Pêcheux). Sua contraparte positiva, condição de existência do enunciado negativo e do sujeito da negação.

É, portanto, no âmbito mais geral da hipótese de Ducrot, pelo papel que atribui à linguagem - que o aproxima de Benveniste e Freud - e não necessariamente pelas categorias que criou, que se podem construir questões sobre o desenvolvimento lingüístico.

As diferentes formas de negar, as diversas divisões do sujeito, pensamos, criam espaços relacionais distintos entre criança - linguagem no mundo.

Tal perspectiva traz o problema da negação no desenvolvimento lingüístico para a relação da criança com o lingüístico, distanciando-se, por exemplo, da separação que faz Bloom entre referentes não simbólico e simbólico e o estatuto de suas representações psicológicas; do imediatismo

da relação entre externo/interno embutido na discussão de Antinucci e Volterra sobre a rota da "pressuposição oferecida linguisticamente" à construção de expectativas ou ainda das propostas de Pea e Wode que invocam genericamente o desenvolvimento cognitivo para justificar o que consideram uma invariância seqüencial no desenvolvimento lingüístico.

3- Dados provenientes do corpus de uma criança brasileira - observada em condições de interação informal com seus familiares - fornecem algumas pistas valiosas para a condução teórica deste artigo.

Não se trata, porém, da exploração exaustiva de um corpus.

Ao contrário, os dados aqui discutidos abrangem apenas o período entre 1;0.15 e 2;0 de idade (e a observação se estendeu até 5;0 anos), mas permitem a consideração de dois importantes argumentos empíricos em favor do que se vem discutindo.

De um lado, procuro mostrar a indeterminação que caracteriza grande parte dos enunciados da criança. Neste sentido, a atribuição de uma ordem regular de estágios, definidos por categorias homogêneas ou específicas características funcionais, é interrogada.

Mas a indeterminação oferece também a possibilidade de se observar o papel do adulto como intérprete dos enunciados da criança. Ver-se-á de que forma esta interpretação se dá.

Por outro lado, aponto uma das trajetórias possíveis na construção de um patamar provisório e precário de organização dos enunciados negativos, procurando discutir o papel do outro na sua constituição.

A questão em torno dos dados não chegará a responder, portanto, ao que seria uma pergunta decorrente da hipótese contemplada neste artigo: como a criança chega à assunção das diferentes posições discursivas que os enunciados negativos implicam?

Aqui serão mostrados apenas indícios deste percurso, a partir da análise de quatro classes interdependentes de fenômenos.

A primeira delas refere-se, justamente, ao fato dos enunciados negativos apresentarem diferentes níveis de indeterminação: fonético, semântico, e/ou pragmático. Este fenômeno é, aliás, conhecido no que diz respeito a outros fatos lingüísticos.

Um comportamento muito comum no início do desenvolvimento lingüístico de Raquel (R) é o recurso ao choro ou à combinação de segmentos sonoros e verbais, inclusive aqueles interpretáveis como não, para manifestar uma insatisfação

generalizada.

Dado o grau de indiferenciação destes segmentos - quer eles ocupem ou não um papel de "resposta" no diálogo - seu sentido depende, na maioria das vezes, da interpretação do adulto. É ele que determina o escopo do enunciado negativo da criança.

Em (1) pode-se observar o papel da interpretação do adulto que resgata o enunciado de uma indeterminação que não é total - ela aumenta gradativamente - provocando um efeito de sentido. A ação interpretativa da mãe pode ser definida pela reversão de uma situação de "não-resposta" em "resposta".

(1) (R. está choramingando, e sua mãe tenta iniciar uma conversa, fazendo várias perguntas.)

M. Que que cê qué? O colo da mamãe? Chega de chupar a chupeta? Cê qué brincá com este alô aqui? Ao microfone, a/ó, tá, tá.

R. (choramingando)

Nã nã.

M. Cê num qué? Tá o microfone.

R. Nã. (chorando)

M. Por que não?

R. Nã.

M. Nã

R. (pianíssimo) Pa pa.

Ahn nã.

M. Não. então eu vô falá.

Alô, Antonia, alô(voltando ao tema de uma das perguntas que serviram para a abertura do episódio).

(R. 1;3.6)

Tome-se agora um outro exemplo. O papel interpretativo da mãe reaparece com pequenas variações: ela pede explicitamente o escopo do que interpreta como um ato de negação de R, oferecendo em seguida uma hipótese sobre o que seria o objeto do não, através de uma pergunta.

(2)- (a mãe anuncia o contexto da sessão. A irmã de R. sai do quarto).

R. Ah, ah, ah.

M. Só eu e a Raquel agora. Deixar eu abotoar, Raquel.

R. (quase se superpondo ao enunciado da mãe).

Nã.

Nã.

Não. (aproxima-se de um carrinho de feira de brinquedo).

M. O quê?

R. Não.

M. Não o quê, Raquel?

Cê qué tirar o que daí do carrinho de feira?

(R. 1;3.29)

Tomo agora dois outros exemplos em que se enquadram questões que esta classe de fenômenos levanta, mas que configuram uma situação diferente, em termos do papel do adulto face aos enunciados negativos de R. Efetivamente, a mãe, em (3), procurando entender o que R. está pedindo, elege um outro segmento verbal para interpretar. O enunciado negativo permanece assim na indeterminação.

(3)- (R pede alguma coisa que a mãe não consegue identificar. O adulto procura entender o que R realmente quer)

M. O que que cê tá pedindo prá mim?

R. Pai

Pai

Não (chora)

Pe

Pe

M. Pai o quê? O que que é pai? Ce quer ir lá dentro?

Põe você lá, né?

Cê tá querendo mexer, né?

R. (ri demonstrando alegria).

(R. 1;4.12)

No exemplo (4) a situação é bastante semelhante. O adulto não se preocupa em encontrar um escopo para o não de R. que se perde em uma seqüência de pedidos, súplicas e choro.

(4)- (R. com voz suplicante pede que a mãe abra a sua bolsa. O episódio é mais longo. Recorto aqui o trecho em que o não aparece).

R. Aboo ("a bolsa" em voz suplicante).

A ah (chora).

Não

Abô (voz suplicante e chorosa).

Abô

Ab.

M. Não, Raquel, não pode. Cê vai fuçar muito.

(R. 1;5.4)

Neste caso a negação parece associada a uma situação geral de não. Se esta interpretação é plausível, o segmento negativo poderia ser entendido ou como um espelhamento da recusa da mãe que não abre a bolsa, ou até, ao contrário, como

um não generalizado à atitude de recusa.

Outros exemplos no corpus ilustram esta situação de indeterminação - em graus variados - em que o adulto, pela sua atividade interpretativa, ocupa o lugar da contraparte positiva, como se o enunciado da criança estivesse ali para negá-la. Mas não se trata, na verdade, da negação do discurso de um efetivo - interlocutor, mas do preenchimento, pelo adulto, de um vazio: o lugar do escopo que, vimos, dá sentido à operação de negação.

A segunda classe de fenômenos a ser discutida abrange a relação entre os tipos de processos dialógicos na interação adulto-criança, a "negação - resposta" e o papel do adulto face a este tipo de negação (cf de Lemos 1981, 1985 para a definição dos processos de especularidade, complementaridade e reciprocidade).

O não como resposta é um recurso de que a criança dispõe para participar do diálogo. A complementaridade dos turnos que a negação instaura não é, contudo, garantia do reconhecimento do discurso do outro como uma contraparte positiva sobre a qual se opera.

Os exemplos mostrarão, de um lado, a atividade de incorporação e/ou paráfrase pelo adulto, através do que se dá a negociação do sentido e intenção dos enunciados negativos.

O exemplo (5) é esclarecedor.

(5)- (R. pede alguma coisa)

R. Ah, ah, ah (apontando um vidro de pintura).

M. Ah minha filha, aquilo é que não pode, meu anjo.

R. Nã (anuência).

M. O que que é?

Não, não é? O que você quer? (a mãe volta ao tema que iniciou o episódio).

(R. 1;3.10)

Pode-se observar que:

- A contribuição da criança se faz pela incorporação/retomada de uma parte do enunciado da mãe, o não com uma intonação complementar marcando anuência.

- A mãe retoma o que foi dito pela criança e pede confirmação.

- Pelo jogo de mútua incorporação, a proibição passa por movimentos interpretativos distintos: pelo enunciado da mãe, não pode; pelo da criança, não e mais uma vez pela mãe: não, não é? Este último marca o acordo entre os parceiros no diálogo.

O exemplo (5) mostra também o percurso do não: separação de intenções na proibição da mãe e marcador de anuência na voz

da criança e no compromisso selado pela mãe.

Contudo, pelas suas características dialógicas e por inúmeros outros fenômenos observados neste momento do desenvolvimento lingüístico de R., não se deve inferir de (5) que a criança já tenha o conhecimento das faces positiva (anuência) e negativa (proibição) que a retomada de um mesmo significante - o não - pode conter.

Esta oposição complementar, aberta pelas diferenças intonacionais marcadas nos turnos, só pode ser compreendida na medida em que sim/não (ou os polos positivo e negativo) organizam-se como perspectivas ou pontos de vista opostos e complementares. Os dados mostram que esta organização está por se fazer. Ela implica a assunção de papéis dialógicos/discursivos que situam a criança em diferentes relações com a linguagem.

O estatuto do discurso do outro em (5) é ainda de um índice, ligado a uma situação de "resposta", globalmente estruturada no eixo sim/não.

O exemplo (6) confirma esta hipótese. Trata-se de um dos primeiros casos de construção pela complementaridade intra-turnos (cf de Lemos op cit). Raquel responde à pergunta da mãe repetindo parte do seu enunciado + não, indiferente - como os sujeitos de Bloom - ao fato de haver incompatibilidade entre resposta negativa e um certo estado de coisas no mundo.

(6) (R. faz força tentando apertar o botão do gravador sem conseguir).

M. Tá duro de apertar?

R. Tá não.

M. Ahn?

R. Não

M. Não/não pode?

R. Pode (sacudindo a cabeça com gesto negativo).

M. Não pode, né?

(R. 1;6.6)

As respostas interpretáveis como "adequadas" ou "certas" trazem também elementos para a compreensão do discurso do interlocutor como um índice. Tais respostas fazem parte de esquemas de interação extremamente frequentes e até ritualizados na relação mãe-criança: momentos em que a criança é vestida pelo adulto, hora da refeição, as sessões de gravação e seus jogos interativos etc... Seu ponto comum é a "separação de intenções, marcada pela negação.

No caso de (7), por exemplo, o discurso e a ação da mãe são índices de uma situação global: fazem parte dos inúmeros momentos em que a mãe mostra a roupa para vestir ou agasalhar

a criança. É no eixo desta contigüidade que opera R. e que a mãe interpreta esclarecendo que sua intenção é, naquele momento, outra.

(7) (R. está manipulando um vidrinho)

M. Olha aqui a blusinha.

R. Não.

M. Não o quê? Não vou pôr a blusinha (R. se afasta dizendo não). Não vou pôr, só guardar. Viu? Olha, vou guardar aqui no armário sua blusinha.

(R. 1;3.9)

A comparação entre a primeira e a segunda classe permite-nos uma conclusão parcial: este segundo grupo não mostra o preenchimento de um vazio pelo adulto, mas uma participação da criança no diálogo. Contudo, o discurso do outro não tem ainda o valor de signo, mas de índice que resiste à recontextualização.

Não se pode assim atribuir à criança a capacidade de reconhecer, no discurso do outro, uma determinada relação lógico-gramatical e a ela se opor por uma negação da verdade funcional do enunciado.

A terceira classe de fenômenos diz respeito ao fato de por volta de 1;6 observar-se no corpus de R. uma verdadeira eclosão de atividades que tomam a forma de jogos de oposição entre formas positiva e negativa, partilhadas entre mãe e criança.

Entre aquele(a) que diz sim e aquele(a) que diz não organizam-se situações em que a criança demonstra ainda uma indiferenciação a nível semiótico, combinando forma verbal positiva e gesto de cabeça negativo. Além disso, a relação entre forma verbal/gesto não é sempre mantida, criando-se assim incompatibilidade entre linguagem e estados de coisas no mundo. A mãe procura dar sentido às formas linguística e gestual.

Ao mesmo tempo em que mostram níveis variados de indeterminação, abrem-se, nestes jogos, a possibilidade da criança estabelecer novas relações com a linguagem.

E evidente que os jogos de oposição não podem ser tomados, eles mesmos, como uma prática necessária à construção dos enunciados negativos. Este tipo de atividade pode ser característico do desenvolvimento linguístico de R. Importa, contudo, o processo que está em jogo, isto é, uma atividade que permita o exercício de papéis/posições discursivas opostas e complementares, necessárias à assunção de perspectivas distintas no discurso.

O exemplo (6), citado acima, configura uma destas

situações: R. vai sempre negando cada pergunta da mãe, criando incompatibilidades no eixo da relação linguagem e mundo e no eixo da relação entre forma verbal e gesto, quando afirma pode e faz o gesto de cabeça negativo.

Mas o exemplo paradigmático dos jogos de oposição é uma longa seqüência de pequenos episódios que pertencem à mesma sessão e que envolvem os mesmos segmentos verbais e gestuais. Parte do jogo de oposição se dá no momento em que a mãe procura fazer com que R. use a "boa forma" linguística para exprimir negação.

(8) (R. está brincando com pequenas latas que se encaixam umas nas outras).

R. A aboô.

M. Caboo

R. Tem (nivelado médio (nm)) e gesto de cabeça negativo (gcn)

M. Num tem?

R. Tem (nm e gcn)

M. Não? Tá balançando a cabeça dizendo que não? dizendo "n tem"? (R. Não tinha dito nada interpretável como "n tem".)

R. Tem (intonação descendente de resposta positiva)

M. Não tem mais?

(alguns minutos depois repete-se a situação. Desta vez R. inicia o episódio fazendo uma pergunta e oferecendo, ela mesma, a resposta.)

R. Tem?

Tem (nm)

M. Não tem nada dentro?

R. Tem (gcn)

M. Não tem!

R. Tem (piano)

(R. tenta fechar uma das latas).

M. Força para tapar. Força.

R. Tem (gcn)

M. Força.

(a situação agora é outra. Mãe e criança estão empenhadas na leitura de um livro com figuras de animais)

M. Vamos ver se tem cavalo?

R. Tem

M. Não tem.

R. Tem (nm).

M. Tem? Tá bom. (este pequeno episódio marca uma atitude diferente da mãe que instaura uma situação lúdica. A mãe canta o contexto dizendo que, desta vez R. não balançou a cabeça. O diálogo continua. A mãe mostra os animais

nomeando-os um a um.)

M. Não tem cavalo, não tem. Será que tem?

R. Tem (gcn).

M. Não tem mesmo (interpreta a forma lingüística positiva com gesto de cabeça negativo como uma negação.)

(R. 1;6.6)

Os jogos de oposição representam um momento de transparência privilegiada no desenvolvimento lingüístico de R. Os significantes tem e gesto de cabeça abrem lugares, mostram a criança como participante no diálogo, marcam posições, encenam oposições. Seus efeitos parecem levá-la além daquilo que se poderia entender intuitivamente como "suas intenções", isto é, além do reconhecimento das diferentes perspectivas que os enunciados positivo e negativo instauram.

O processo que o jogo verbal/gestual entre os polos opostos e complementares implica parece possibilitar uma fase de reorganização na construção dos enunciados negativos.

A quarta classe de fenômenos diz respeito justamente a este período. Ele pode ser caracterizado, de um lado, pela abertura de novos lugares/papeis discursivos e, por outro lado, pela maior complexidade sintático-semântica na combinação de não + outros elementos que são, muitas vezes, incorporados dos turnos precedentes.

Porém, os erros, a fixidez de muitos dos novos enunciados e os processos de incorporação por que se organizam seus constituintes sugerem que, nesta fase, os enunciados negativos de R. permanecem não analisados ou apenas parcialmente analisados.

O exemplo (9) mostra as reorganizações sucessivas operadas pela criança, diante das questões do adulto. Ao tentar ser mais clara, através da gradativa expansão dos enunciados, R. não consegue, contudo, acompanhar a inversão de perspectiva instaurada pela mãe que lhe pede para passar daquilo que ela (Raquel) não quer, para o que quer. É a mãe que extrai a resposta operando, provavelmente, por exclusão.

(9) (R. pede um brinquedo para sua mãe).

M. Mais brinquedo? Toma.

R. Não

M. Não/Oi o caminhãozinho.

R. Esse não

M. Esse não? Mas qual que você quer então?

R. equedu não

M. Quê?

R. Esse quedu na não

M. Ah, esse daqui, essa caixa aqui?

(R. 1;7.21)

Quanto ao exemplo (10), ele mostra a primeira justaposição de enunciados negativos interpretável como uma justificativa.

(10) (Mãe e criança durante uma das inúmeras atividades de leitura).

R. Adê u meninu?

M. O menino?

R. Adê u mininu

M. O menino?

R. É

M. Oi.

(R. bate energicamente no livro)

R. U mininu não

Num goto mminu

(R. 1;9.8)

O recurso à justaposição com função de justificativa, não significa que a criança domine a relação entre os dois sub-sistemas em jogo ou cada sub-sistema em si. O estudo sobre a construção de justificativas mostra o longo percurso que esta construção requer (Cf. de Castro Campos 1985). Em uma situação altamente ritualizada - a de procurar com a mãe personagens nos livros - R. pede que se instaure uma situação em que ela passa a ocupar um lugar discursivo antes ocupado pelo adulto: o de negar e justificar. Note-se que o bater sobre o livro, a negação e a justificativa é um todo incorporado. Gesto e segmento verbal fazem parte do esquema de interação ritualizado.

A tomada do novo papel discursivo implicado pelo ato de justificar um enunciado negativo é simultânea às tentativas de resposta a perguntas com por quê? Uma vez mais pode-se verificar as dificuldades de R. para coordenar as diferentes perspectivas enunciativas. Todas as respostas são dadas, até dois anos, através de porque não.

(11) (R. escuta o barulho do trem)

R. Ahn ahn um medu

A. Tá com medo?

R. Tá

A. Por quê?

R. Porque não.

(R. 1;10)

Como último exemplo desta fase de reorganização, (12) mostra como segmentos fixos passam a ser utilizados pela criança em um jogo combinatório do tipo NEGAÇÃO + X + NEGAÇÃO

ou NEGAÇÃO + X.

A sistematicidade do jogo combinatório é dada, pelo menos em parte, pelo discurso do outro incorporado.

(12) (A mãe balança a cestinha do berimbau e R. dança ao ritmo do som).

M. Isso dança assim. Isso (mãe canta uma canção de uma peça infantil).

R. (tom enérgico)

Num canta não

M. Não canta? só toca?

R. Num toca

M. Também num toca?

M. Então só dança?

R. Num dessa não.

M. Não dança também não?

(R. 1;10)

4- A discussão sobre os fatos aqui alinhavados permite-nos concluir que os primeiros momentos da negação no desenvolvimento linguístico são fruto de uma lenta organização. Por suas formas indiferenciadas e através dos processos dialógicos que governam a relação adulto criança, pudemos verificar a dependência que esses primeiros enunciados negativos mantêm com relação à interpretação do adulto.

Os dados mostraram também transformações na relação da criança com a linguagem (cf. de Lemos, no prelo): da dependência do preenchimento do lugar do escopo pelo adulto, à primitiva relação com o discurso do outro - tomado como índice de resposta indiferenciada no eixo sim/não - e aos jogos de oposição que levam a criança à tomada de lugares/papeis opostos e complementares no diálogo, mas que revelam, ao mesmo tempo, níveis de indiferenciação semiótica.

Por outro lado, o processo que os jogos de oposição implicam dá lugar a um momento de reorganização precária. As novas relações entre negação-contraparte positiva de que as rejeições, as justificativas, as primeiras respostas a por quê? são evidências, só podem ser compreendidas quando se consideram os erros, a incompatibilidade com o estado de coisas no mundo e os processos de incorporação que as constitui.

As primeiras respostas a por quê?, por exemplo, mostram que a criança continua operando indiferenciadamente no eixo sim/não.

Mas, ao mesmo tempo em que se vêem participações no diálogo como nos níveis anteriores, pode-se dizer que a dependência da criança relativamente ao discurso do outro se

dá também de um outro modo, em um outro nível. A cada passo, a palavra do outro incorporada tem como efeito dar consistência, sistematicidade e maior complexidade ao discurso da criança, alçando-a a um lugar dialógico/discursivo antes ocupado pelo adulto e mostrando "as palavras alheias" como "palavras próprias alheias" (uso livremente expressões de Bakhtin em de Lemos, no prelo).

NOTAS

* Versões preliminares deste trabalho foram discutidas em seminário no "Departamento di Psicologia dei processi de Sviluppo e Socializzazione" da Universidade de Roma/novembro 1988, e apresentações no Simpósio Latino-Americano de Psicologia do Desenvolvimento da International Society for the Behavioural Development. Recife. Novembro de 1989 e no IX Congresso Internacional da ANFAL. Campinas, 1990.

Esta pesquisa tem sido parcialmente financiada pelo CNPq. Inicialmente através de uma bolsa de pós-doutoramento no Departamento de Linguística do University College de Londres e na Cognitive Development Unit /MRC/ Londres e, atualmente, com uma bolsa individual de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTINUCCI, F. e VOLTERRA, V. (1978) "Lo sviluppo della negazione nel linguaggio infantile: un studio pragmatico" in Camaioni, L. (org) Sviluppo del linguaggio e interazione sociale. Roma: Ilcàolino.
- BENVENISTE, E. (1966). Problemes de Linguistique Générale, Vo. 1 I. Paris: Gallimard.
- BELLUGI, U. (1967). The Acquisition of Negation. Doctoral dissertation. Harvard University.
- BLOOM, L. (1970) Language Development: form and function in emerging grammars. Cambridge Mass. MIT press.
- DANON-BOILEAU, L. (1987). Psychanalyse et Linguistique. Paris: Ophrys.
- de CASTRO CAMPOS, M.F.P. (1985) Processos Dialógicos na Construção de Inferências e Justificativas na Aquisição da Linguagem". Tese de doutoramento. UNICAMP (publicação no prelo).
- de LEMOS, C.T.G. (1981). "Interactional processes and child's construction of language" in: W Deutsch (ed) The Child's Construction of Language. Londres: Academic Press.
- _____ (1985). "On specularity as a constitutive process in dialogue and language acquisition" in Camaioni & de Lemos (eds) Questions on Social Explanation. Piagetian Themes

- Reconsidered. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
 _____ (no prelo). "A função e o destino da palavra alheia: três momentos da reflexão de Bakhtin". A ser publicado nos Anais da ANPOLL.
- de VILLIERS, J.G. (1984). "Form and force interactions: the development of negatives and questions" ms.
- DUCROT, O. (1980). Les Mots du Discours. Paris: Minuit.
 _____ (1981) Provar e Dizer. São Paulo: Global Editora.
- _____ (1987) O Dizer e o Dito. Campinas: Pontes.
- KLIMA, E.S. & BELLUGI (1966). "Syntactic regularities in the speech of children" in J. Lyons & R. Wales (eds) Psycholinguistics Papers. Edinburgh: Wolters.
- LANGE, S. & LARSSON, K. (1973). "Syntactic development of a Swedish girl Embla, between 20 and 42 months of age I: age 20-25 mo." Project Child Language Syntax, report No.1. Stockholm University: Institutionem für Nordiska Sprak.
- LAPIANCE, J. et PONTALIS, J.B. (1967) Vocabulaire de la Psychanalyse. Paris. PUF.
- LYONS, J. (1977) Semantics. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mc NEIL, D. (1970) The Acquisition of Language. New York: Wiley.
- Mc NEIL, D. & Mc NEIL, N. B. (1967) "A question in semantic development: what does a child mean when he says "no"? Paper presented to the Society for Research in Child development".
- PARK, T.Z. (1979) "Some facts on negation: Wode's four-stage developmental theory of negation revisited". J. Child Language 6: 147-151.
- P21,42
- PÉCHEUX, M. (1990). O DISCURSO: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes.
- PEA, R.D. (1979). "The development of negation in early child language" in Olson, D. (ed) The Social Foundation of Language: essays in honor of Jerome S. Bruner. New York: W. W. Norton & Company, Inc.
- WODE, H. (1977). "Four early stages in the development of Li negation". J. Child Language. 4: 87-102.